

POLÍTICAS PÚBLICAS - UMA BREVE ANÁLISE DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA DE 1990 A 2020

Talita Vanessa de Matos Gobbi ¹
Gracieli Cristiani Schroeder Castilho ²

RESUMO

Este artigo de caráter bibliográfico e com uma abordagem qualitativa se alinha ao materialismo histórico e dialético e tem por objetivo realizar reflexões acerca dos impactos das políticas públicas brasileiras e sua influência, desde 1990 até o processo de aprovação e fortalecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Com base nos estudos sobre gerenciamento e o neoliberalismo na educação, o objetivo deste trabalho é apresentar uma síntese relacional com a temática da política curricular Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no atual contexto político, econômico e ideológico do Brasil. O texto apresenta alguns autores que embasaram e fundamentaram o processo da escrita, como Anderson (1995), Algebaile (2009), Casassus (2001), Charlot (2013), Plano diretor da reforma do aparelho do Estado (1995) e Freitas (2018), Sacristán (2000), Santos e Orso (2020), Saviani (2011) as quais se tornaram uma referência de pensamento crítico para o trabalho pedagógico, e que fundamenta a reflexão crítica a respeito do contexto do processo de aprovação e fortalecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No que compete às políticas educacionais aprovadas nos últimos anos, vemos projetos políticos curriculares, como a BNCC, padronizados e homogeneizadores, afastados da dimensão emancipadora da educação, pautados pelos grupos dominantes que têm como objetivo subordinar a educação aos seus ditames, produzindo indivíduos cada vez mais alienados e ajustados ao sistema social predominante. Deste modo, se faz necessário uma transformação na educação escolar atual, pois, na forma com que ela vem sendo conduzida, faz com que surjam muitos questionamentos em relação ao quanto a escola pública pode colaborar com essa transformação, por meio de uma gestão democrática e da gestão pública capaz de proporcionar uma igualdade de condições para todos.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Educação, BNCC, Neoliberalismo, Educação.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, a implementação de políticas públicas na área da educação no Brasil tem sofrido influência do modelo neoliberal. Desde a década de 1990 até o ano de 2020, uma série de reformas e medidas guiadas por esse viés econômico impactaram o sistema educacional brasileiro.

¹ Graduada em História e Pedagogia e Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus de Francisco Beltrão. E-mail: talita.maninha@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia e História Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná UNICENTRO – e Mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal Fronteira Sul UFFS, Campus mde Laranjeiras do Sul Pr, gracielicristiani@hotmail.com;

Algumas medidas buscavam descentralizar a administração, simplificar o processo e permitir maior autonomia para as instituições de ensino, mas também refletiu a lógica neoliberal de reduzir o tamanho do Estado na educação.

A década de 1990 foi marcada pela implementação de novas políticas públicas educacionais influenciadas pelo neoliberalismo focando em uma abordagem meritocrática e competitiva. Assim, é fundamental analisar com cautela os impactos dessas políticas públicas orientadas pelo neoliberalismo na educação brasileira.

Atualmente, projetos políticos curriculares, como a BNCC, padronizados e homogeneizadores, afastados da dimensão emancipadora da educação, pautados pelos grupos dominantes que têm como objetivo subordinar a educação aos seus ditames, produzindo indivíduos cada vez mais alienados e ajustados ao sistema social predominante. Deste modo, se faz necessário debates que ajudem a promover uma transformação na educação escolar atual, por meio de uma gestão democrática e da gestão pública capaz de proporcionar uma igualdade de condições para todos.

O objetivo deste artigo é realizar reflexões acerca dos impactos das políticas públicas brasileiras e sua influência, desde 1990 até o processo de aprovação e fortalecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como apresentar uma síntese relacional com a temática da política curricular Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no atual contexto político, econômico e ideológico do Brasil.

METODOLOGIA

A metodologia que resultou neste trabalho constituiu-se de estudos teóricos e visa realizar reflexões acerca dos impactos das políticas públicas brasileiras e sua influência, desde 1990 até o processo de aprovação e fortalecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Com base nos estudos sobre gerenciamento e o neoliberalismo na educação. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar uma síntese relacional com a temática da política curricular Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no atual contexto político, econômico e ideológico do Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

O texto apresenta alguns autores que embasaram e fundamentaram o processo da escrita, como Anderson (1995), Algebaile (2009), Casassus (2001), Charlot (2013), Plano diretor da reforma do aparelho do Estado (1995), Freitas (2018), Sacristán (2000), Santos e Orso (2020), Saviani (2011) as quais se tornaram uma referência de pensamento crítico para o trabalho pedagógico, e que fundamentam a reflexão crítica a respeito do contexto do processo de aprovação e fortalecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A influência neoliberal nos projetos educacionais tem gerado uma série de resultados e discussões relevantes. O avanço do neoliberalismo, política econômica que visa libertar a economia das amarras do Estado de bem-estar social, emerge das economias centrais e vão ser consolidadas a partir dos anos 1979 com os governos de Margaret Tactcher e Ronald Reagan. O neoliberalismo propõe a redução do Estado e a promoção da livre iniciativa, defendendo a privatização dos serviços públicos, incluindo a educação. Nesse contexto, o Estado se afasta de seu papel de garantir a educação como um direito básico e passa a tratar a educação como uma mercadoria, sujeita às leis de mercado. Isso implica na adoção de políticas voltadas para a competição, a meritocracia e a privatização, influenciando profundamente a forma como o ensino é concebido, organizado e financiado. Com a influência neoliberal, observa-se também a disseminação de ideias de eficiência e produtividade no ambiente escolar, aspectos que podem trazer consequências positivas e negativas para a educação. (ANDERSON, 1995).

No Brasil, a onda neoliberal, vai surgir após 1980 com Fernando Collor de Melo, mas se consolida no governo de Fernando Henrique Cardoso. O principal documento elaborado o Plano diretor da reforma do aparelho do Estado veio com o discurso de que a crise brasileira no momento era também uma crise do Estado e para isso, era necessária uma reforma para estabilizar e assegurar o crescimento da economia. Dessa maneira, o Plano diretor da reforma do aparelho do Estado define os “[...] objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira”. (BRASIL, 1995, p. 09).

Nesse cenário, as políticas do contexto de influência ganham território com o movimento neoliberal, apoiado pelas classes hegemônicas a partir de 1990. Um dos principais marcos são as reformas de educação na América Latina, que iniciam com a

primeira Conferência Mundial de Educação para Todos na Tailândia, em 1990. O objetivo da conferência era de

[...] gerar um contexto político favorável para a educação e orientar as políticas educacionais para fortalecer a educação básica, proporcionar maior atenção aos processos de aprendizagem e buscar satisfazer as necessidades fundamentais de aprendizado. (CASASSUS, 2001, p. 11).

Com essa visão neoliberal de gerenciamento, a Conferência Mundial de Educação para Todos orientou com os mesmos princípios da gerência, que serviram de base para a Reforma da Educação, por meio da descentralização estados, municípios, escola, gestores, das privatizações e o gerenciamento através das avaliações nacionais, comparações, premiações e os resultados. Seguindo esse modelo, o governo de Fernando Henrique Cardoso, elabora o Plano de Reforma do Estado, e posteriormente propõe a reforma educacional em 1996. (BRASIL, 1995). A reforma da educação em 1996 é o marco inicial da reforma educacional proposta pela LDB/1996, no governo FHC, essas propostas tinham como base mudanças no sistema de ensino brasileiro, desde a educação infantil até o ensino médio. Algebaile (2004), procura encontrar indicativos de que a proposta do governo FHC estava pautada em um modelo centrado na eficiência e produtividade da escola, ou seja, indicativos que esse governo estava pautado na visão neoliberal de gerenciamento da educação.

Seguindo o modelo neoliberal emergente temos a formulação de Diretrizes Curriculares Nacionais criou um conjunto de regras obrigatórias para a Educação Básica que tem por função a orientação do planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. São as diretrizes que organizam a base nacional comum, encarregada de orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de toda a rede de ensino do Brasil. Dessa forma, é possível compreender o currículo como um instrumento de escolarização, refletindo na escola, na sociedade, na política e na ideologia e diretamente na formação do aluno. Sacristán (2000), já alertava sobre que o currículo tem função social, pois estabelece uma ligação entre a sociedade e a escola, [...] “o currículo reflete o conflito entre interesses dentro de uma sociedade e os valores dominantes que regem os processos educativos” (SACRISTÁN, 2000 p. 17). Alinhado à função social, o currículo deve levar em consideração os contextos em que estão inseridos e os cidadãos que neles intervêm.

Uma das principais características das políticas educacionais neoliberais é a ênfase na padronização do currículo e na avaliação baseada em resultados. Nesse contexto, a BNCC é um exemplo de política que busca estabelecer um conjunto de aprendizagens consideradas essenciais para todos os estudantes do país. Embora tenha o objetivo de promover uma maior igualdade de oportunidades educacionais, há discussões sobre a validade desse modelo e seu impacto real na qualidade da educação.

As preocupações e discussões são em relação a homogeneização do ensino, limitando a autonomia e diversidade das escolas, bem como a criatividade dos professores. Esse modelo que busca por resultados padronizados negligencia as características locais, culturais e regionais. É perceptível que a BNCC ao impor um currículo nacional comum pode desconsiderar a diversidade e particularidades das regiões do país, bem como as diferentes manifestações culturais presentes. Isso pode levar à perda de identidade e ao empobrecimento das experiências educacionais dos alunos, negando-lhes a oportunidade de valorizar e conhecer suas próprias raízes. Portanto, é necessário encontrar um equilíbrio entre as diretrizes nacionais e a valorização das singularidades de cada localidade, a fim de garantir uma educação mais contextualizada e inclusiva.

Outro ponto de discussão eminente com reforma advinda da BNCC são as competências previstas nesse documento e as metodologias ativas, pois é um fator que devemos considerar, conforme salientam Santos e Orso (2020) e Charlot (2013), pois quando a escola efetiva a ação das competências está favorecendo com a política de homogeneização, estabelecendo entraves para o avanço de práticas formativas que propiciam a adequação da cultura desenvolvida ao longo do tempo. Dessa forma, “a ‘pedagogia das competências’ passa a ser evocada como fundamento epistemológico da formação escolar, em todos os níveis de ensino, sendo, portanto, a medida do sucesso ou fracasso do indivíduo” (SANTOS; ORSO, 2020, p. 170). Charlot (2013), alerta que é muito importante lembrar que, hoje as metodologias ativas discursam muito a respeito da importância das experiências no aprendizado, porém, o movimento lógico, histórico do conceito não é passado para o aluno, ele não aprende o conceito, a forma como foi elaborado. O que se aprende é o uso do conceito, não há atividade intelectual apenas atividade prática. É necessário refletir sobre a experiência com o professor, caso contrário, não existe atividade intelectual.

Outrossim, a influência do setor privado nas políticas educacionais, como na formulação e implementação da BNCC e a mercantilização da educação. Desse modo se

evidencia o caráter da reforma empresarial da educação nos últimos governos, após o impeachment da presidenta Dilma no ano de 2016, e a aprovação das versões da BNCC em 2017 e 2018. Freitas (2018, p. 125) menciona que essa reforma está “[...] colocada a serviço dos interesses de um setor da sociedade fortemente determinado a controlar os conteúdos, métodos e finalidades da educação, ou seja, o empresariado e suas fundações”. Nesse formato, o acesso à educação de qualidade é tido como um serviço, sendo oferecido por instituições privadas em busca de lucro, nem sempre está alinhada com os ideais de equidade e qualidade que devem nortear os sistemas educacionais. Uma das principais preocupações é a possibilidade de privatização da educação, que pode levar à exclusão de grupos vulneráveis e ao abandono da educação como um direito universal. A presença do setor privado também pode incentivar a competição exacerbada, onde as escolas públicas são deixadas de lado, o que pode levar a um desequilíbrio na qualidade da educação oferecida.

Além disso, a influência do setor privado pode estar associada a uma maior ênfase no ensino voltado para o mercado de trabalho, negligenciando aspectos como a formação integral, a promoção da cidadania e o desenvolvimento crítico dos estudantes. Isso pode limitar as possibilidades de uma educação mais ampla e diversificada. É importante que as políticas educacionais sejam baseadas no interesse público e tenham como objetivo proporcionar uma educação de qualidade para todos, independentemente de sua capacidade financeira. A regulação adequada do setor privado e a promoção de um diálogo entre o público e privado podem contribuir para garantir que a educação seja um direito universal e não apenas um negócio lucrativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dermeval Saviani (2011) aponta que a educação é entendida como um processo fundamental para a transformação social e o desenvolvimento humano. A escola, por sua vez, tem a responsabilidade de promover uma educação que seja libertadora e emancipatória. O autor critica a concepção de educação que apenas reproduz as desigualdades sociais, o que percebemos se acentuar com as reformas educacionais, destacando a importância de uma prática educativa que contribua para a formação integral dos indivíduos e para a construção de uma sociedade mais igualitária. Se faz necessário uma abordagem crítica do conhecimento, que valoriza o pensar e o agir reflexivo dos



estudantes, visando à superação das contradições existentes na realidade social. Para Saviani (2011), a escola deve ser um espaço de formação crítica e transformador, capaz de promover a emancipação dos indivíduos e a construção de um mundo mais justo.

Os impactos da educação neoliberal são significativos e têm consequências profundas para a educação brasileira. A adoção da BNCC reflete uma visão utilitarista da educação, que privilegia interesses econômicos em detrimento de uma formação integral e crítica dos indivíduos. Essa abordagem tende a perpetuar desigualdades sociais, marginalizar grupos vulneráveis e desvalorizar a importância da educação como um instrumento de transformação social. Para combater esses efeitos negativos, é essencial repensar o modelo educacional, promovendo uma educação emancipatória, inclusiva e crítica

Em suma, as políticas educacionais neoliberais, como a BNCC, têm gerado resultados e discussões complexas. Embora possam trazer benefícios, como a definição de objetivos claros e a garantia de um mínimo de aprendizagens para todos os estudantes, é importante avaliar a forma como essas políticas estão sendo implementadas e a influência do neoliberalismo no processo. É necessário um debate amplo e a participação de diferentes atores da sociedade para que as políticas educacionais sejam capazes de promover uma educação de qualidade, inclusiva e democrática.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23. BRASIL, Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 28 jan. 2020.

ALGEBAIL, E. A escola brasileira: primeiras aproximações. _____. **Escola Pública e pobreza no Brasil**. Ampliação para menos. Rio de Janeiro: FAPERJ; Lamparina. 2009.

ALGEBAIL, E. A expansão da oferta educacional. _____. **Escola Pública e pobreza no Brasil**. Ampliação para menos. Rio de Janeiro: FAPERJ; Lamparina. 2009.

BRASIL. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República; Câmara da Reforma do Estado; Ministério administração Federal e Reforma do Estado, 1995.



BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 28 jan. 2020.

CASASSUS, Juan. A Reforma Educação na América Latina no Contexto da Globalização. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 7-28, nov.2001.

CHARLOT, Bernard. Cultura e Idelologia. In: CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2013. Cap. 2. p. 77-154.

CHARLOT, Bernard. Relação com o saber na sociedade contemporânea: reflexões antropológicas e pedagógicas. In: CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez Editora, 2013. Cap. 5. p. 155-182.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: novas direitas, velhas ideias**. 1.ed. São Paulo: Expresso popular, 2018.

SANTOS, S. A. dos.; ORSO, P. J. Base Nacional Comum Curricular - uma base sem base: o ataque á escola pública. In: MALANCHEN, J.; MATOS, N. da S. D. de.; ORSO, P. J. (org.). **A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas: Autores Associados, 2020.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**.11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.